

## *Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente*

— algumas sugestões interpretativas

---

VÍTOR OLIVEIRA JORGE \*

**Abstract** - *In this paper, the author calls attention to a marked contrast between two different kinds of architectural behaviour in the later prehistory of the north of Portugal. In the middle/ later neolithic, groups of barrows (each one containing a "megalithic" passage grave) started to transform the landscape. But these necropolis were "modular" - monuments could be built one by one, in an "additive logic". On the contrary, in the copper and early/ middle bronze ages, entire hills with precincts, platforms, etc, were conceived as devices made to see the landscape, and to be seen from afar, as symbols of the identity of each regional group. The paper underlines the importance of an archaeology of prehistoric architecture, including the ways people organised their space in the past, be it considered at a micro scale (structure, part of a site, etc.) or at a macro scale (a river basin, for instance).*

Para o Prof. Doutor Jorge de Alarcão,  
em homenagem de consideração e amizade

*"Como se pudessemos ter observações livres de qualquer pressuposto teórico!... Um facto bruto, isso não existe. O que tomamos por um facto é algo de construído teoricamente"*

*Margaret Conkey, 2000 (\*\*)*

\* Professor Catedrático. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto .

\*\* Entrevista dada ao número especial da revista "La Recherche" (Paris) intitulado "La Naissance de l' Art", Novembro de 2000, p. 39.

"Estas são as espécies de coisas nas quais os arqueólogos, à semelhança dos historiadores — aliás, como historiadores — estão interessados — acções e pensamentos."

Gordon Childe, 1956 (\*\*\*)

A história, como estudo científico, começou por privilegiar os "documentos", "escolha do historiador", relativamente aos "monumentos", "herança do passado" (Le Goff, 1984) <sup>(1)</sup>. Progressivamente, porém, alargou o conceito de documento, transformando, como disse Foucault <sup>(2)</sup>, o "documento" em "monumento" e fazendo a história "tender para a arqueologia", quando, antes, se dava precisamente o contrário: era a arqueologia que "tendia para a história".

Para Gordon Childe <sup>(3)</sup>, dos dados ou testemunhos arqueológicos faziam parte os "artefactos" (produtos directos da acção humana), que por sua vez podiam sub-dividir-se em "objectos" (os que são transportáveis para um museu) e "monumentos" (os que fazem parte integrante do solo, e portanto são fisicamente inamovíveis, ou, pelo menos, não têm grande sentido fora do seu contexto original).

Neste curto artigo, a palavra monumento será utilizada num sentido um pouco mais restrito do que os de Childe, Le Goff, ou Foucault, e com um conteúdo que julgo ser mais preciso e apropriado aos objectivos da arqueologia contemporânea (nomeadamente pré-histórica), conteúdo esse que precisarei adiante.

Em que é que consiste, basicamente, quanto a mim, este domínio da arqueologia, que podemos designar "arqueologia dos monumentos", ou "arqueologia monumental"? Como esse mundo da arqueologia é hoje vastíssimo, compreender-se-á que as minhas reflexões, para tentarem ter alguma acuidade, se procurarão aplicar sobretudo a contextos da Pré-história recente. E, mesmo nestes, e para ser totalmente honesto, àqueles que eu próprio escavei, ou em cujas escavações participei directamente — ou seja, onde me vi envolvido, com responsabilidade, no próprio processo de pesquisa. O que é totalmente diferente do que visitar ou ler trabalhos de outros — embora essa seja, admito-o, uma fragilidade importante da arqueologia, em termos científicos (dependência da experiência directa para se poder pensar com rigor, e com aquilo que se pode chamar, filosoficamente, "convicção", isto é, crença inabalável <sup>(4)</sup>).

É evidente que o que se segue deveria ser o embrião de um livro, em que se superasse os velhos paradigmas dominantes da pré-história (obcecados, ou pelo desejo de imitarem a narrativa histórica — no seu sentido estrito — ou, noutro pólo,

---

\*\*\* Childe, V. G. (1969 - ed. or. 1956), *Para Uma Recuperação do Passado. A Interpretação dos Dados Arqueológicos*, Lisboa, Liv. Bertrand, pp. 31-32.

<sup>(1)</sup> V. Le Goff, J. (1984), Documento/Monumento, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp.94-106.

<sup>(2)</sup> Foucault, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, pp. 13-14 (cit. aliás por Le Goff — v. nota ant.).

<sup>(3)</sup> Childe, V. G. (1969 - ed. or. 1956), *Para Uma Recuperação do Passado. A Interpretação dos Dados Arqueológicos*, Lisboa, Liv. Bertrand.

<sup>(4)</sup> V. Gil, Fernando (2000), *La Conviction*, Paris, Flammarion.

de explicarem as causas das coisas, à semelhança do darwinismo biológico), para abrir espaços novos de reflexão, desertos conceptuais que pressinto imensos, e à espera daqueles que primeiro neles se queiram aventurar. Mas o tempo e o lugar disponíveis estão cada vez menos predispostos para verdadeiras rupturas, para desenvolvimentos teóricos fracturantes, mas estruturados e consistentes... e mais para consensos baseados num alheamento, adiamento, ou mesmo total abafamento, do espírito crítico, que não pode ser simples postura, mas implicar circulação constante, inquieta, entre todos os âmbitos do trabalho teórico-prático.

Em parte, a "arqueologia dos monumentos", tal como aqui será pensada, confunde-se com o que se tem designado "arqueologia da paisagem", e até "arqueologia espacial".

Trata-se, basicamente, de olhar para o espaço vivido, com história — rural ou urbano — como formado por um conjunto de volumes encadeados, articulados, de origem natural e humana, por forma a constituir aos nossos olhos uma paisagem, uma teia de sentidos, ancorados topograficamente. Consiste portanto em considerar conjuntos de volumes que, utilizados, alterados, ou mesmo totalmente inventados/construídos pelo homem, fazem do território um conjunto de percursos, de lugares de paragem ou de passagem, de acessibilidade ou de resistência, propícios ao convívio ou, pelo contrário, de cruzamento arriscado, hósptios ou inóspitos, miradouros ou sítios fechados ao olhar — e tornam portanto o território susceptível de ser povoado por um conjunto de significações, de narrativas, de apropriações, de operações produtivas, de disputas e conflitos.

Nesse conjunto, nesse "continuum", os monumentos, que nele se inserem e entrosam, introduzirão uma descontinuidade: a de lembrarem, marcarem, ou celebrarem algo *voluntariamente*. É esta característica de acto voluntário, deliberado, associada à ideia de um *design*, isto é, de um projecto com um conteúdo e um estilo definido — uma "mensagem" — que distingue um monumento de um outro sítio arqueológico qualquer. Um monumento é algo em que se inscreve um sentido intencional, ou seja, uma ideia pré-concebida que se vai procurar materializar no espaço — transformando-o muitas vezes num lugar, ou seja, num espaço qualificado, com densidade de vivência antropológico-histórica. Um monumento existe, antes de ser concretizado, na mente do(s) seu(s) autor(es), e perdura depois, quer como lembrança de si próprio, do próprio gesto de o construir, quer por referência a outros sentidos ou narrativas que evoca. Um monumento, por mais simples que seja — aposição de alguns signos numa parede rochosa natural, para dela fazer um local significativo, como na "arte rupestre" — cria uma paisagem artificial. Mas constitui-se também num pólo aglutinador de recordações e memórias (com tudo o que de ficcional isso contém), fazendo do território um dispositivo mnemónico, à escala real (1x1), capaz de servir de suporte e enquadramento à acção orientada (isto é, com um *sentido*) de toda uma comunidade. Assim, o comportamento monumental solidifica uma certa ideia de presente, construindo "identidade" e, portanto, projectando uma ideia de território para o futuro.

De facto, e complementarmente, ele envolve, as mais das vezes, uma vontade de duração, daqui decorrendo o facto de que, ou utiliza um suporte estável, duradouro, já de si "monumental" (caso da referida "arte rupestre"), ou implica a concertação de muitas pessoas para a erecção (e sobretudo manutenção) de volumes que exigem a recolha, remoção e transporte de massas consideráveis de matéria-prima de uns locais para outros. Assim, é natural pensar que qualquer comportamento monumental implica uma negociação anterior, o "pôr-se de acordo sobre" o que se vai fazer numa determinada área do território com uma intenção perdurável, ou, no mínimo, um entendimento entre os elementos de uma fracção do grupo para conseguir, através desse mesmo comportamento, tolerado o suficiente para que se concretize na prática, legitimar uma atitude que se pretende impor, e para cuja irreversibilidade o próprio monumento contribui. Assim, o monumento pode não ser o espelho de um consenso prévio, mas o fabricante activo desse "consenso" — como Hodder acentua constantemente em relação ao conjunto da chamada "cultura material".

O comportamento monumental, como forma activa que é de transformação do espaço, envolve portanto, repito, uma intenção de perdurabilidade, que exclui de certo modo os cenários "semi-fixos" (aqueles que se montam e desmontam para ocasiões particulares, efémeras) e os materiais que se degradam depressa. Corresponde a uma vontade de mudar a percepção e vivência do espaço e, pela sua própria perdurabilidade, de se constituir como um marcador do tempo: há um antes, e um depois, de uma acção monumental. Muitas acções de "monumentalização" estão ligadas a momentos de transição histórica em que um determinado "poder" (no sentido mais geral possível, e portanto incluindo também os "poderes difusos") se quer impor, consolidar, ou legitimar. Nesse sentido, a arquitectura é a "arte" da vontade de "tornar irreversível" um poder "legítimo" no espaço/tempo.

Já num ensaio anterior <sup>(5)</sup> tentei, de colaboração com Susana O. Jorge, da FLUP, abordar parcialmente a problemática deste campo novo — novo, talvez, nesta maneira de o perspectivar, porque na verdade tão antigo como a própria arqueologia! — , na realidade aberto a nível geral por alguns (poucos) autores anglo-saxónicos como Richard Bradley, da Univ. de Reading <sup>(6)</sup>, mas agora aplicado à Pré-história recente do Norte de Portugal, na esteira aliás daquela autora <sup>(7)</sup>, e das minhas próprias reflexões como investigador do convencionalmente chamado fenómeno "megalítico" <sup>(8)</sup>, com trabalho de campo efectuado nesse domínio entre 1978 e 1994.

---

<sup>(5)</sup> A "monumentalização" da paisagens durante a Pré-história: alguns contributos para um debate, *Era-Arqueologia*, Lisboa, Era/Colibri, vol. 1, 2000, pp. 100-111.

<sup>(6)</sup> *The Significance of Monuments*, London & New York, Routledge, 1998; *An Archaeology of Natural Places*, London & New York, Routledge, 2000.

<sup>(7)</sup> Jorge, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Rev. da Faculdade de Letras, IIª série-História*, vol. IX, pp. 447-546; *Idem* (1998), Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, Porto, ADECAP, vol. 0, pp. 105-113; *Idem* (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva Publ.

<sup>(8)</sup> Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto — Os Monumentos e a sua problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras, 2 vols. (diss. de dout.º policopiada, existente

A possibilidade que tive de acompanhar as escavações dirigidas por aquela colega da FLUP, nos anos 80 e 90, em vários contextos também convencional e tradicionalmente ditos "de habitat" (Aboboreira, Chaves, Vila Pouca de Aguiar, V<sup>a</sup>. N.<sup>a</sup> de Foz Côa) <sup>(9)</sup> foi-me pouco a pouco permitindo uma reflexão sobre a natureza de um fenómeno peculiar, constituído pelo esforço transformador da paisagem (nem que seja a micro-paisagem de um sítio e sua envolvente) realizado pelas comunidades da Pré-história recente <sup>(10)</sup>. Tal natureza não é apenas da ordem física, material - como uma tradição funcionalista, dominante em pré-história, nos habituou —, mas da ordem do conceptual, do cognitivo, isto é, da ordem da representação, e da vontade de materialização, no espaço, de volumes e de percursos que ao mesmo tempo ordenem e reflitam essa representação. Para nós, arqueólogos, trata-se de perceber, através das materialidades arqueológicas, a intencionalidade que subjaz à (re)organização de um determinado espaço, num determinado momento do tempo, ultrapassando o "dragão do dualismo" (estilo/função, ou simbolismo/funcionalismo) de que falam lucidamente Bruno Latour e Pierre Lemonnier, num livro fundamental <sup>(11)</sup>.

É aqui que a "frescura" (o seu carácter inspirador) das ideias anglo-saxónicas encontra a maturidade de uma longa tradição do pensamento francês, a da reflexão sobre a "inteligência social das técnicas", tradição que passa, evidentemente, por autores como A. Leroi-Gourhan <sup>(12)</sup> e André-Georges Haudricourt <sup>(13)</sup>. É aliás por se ter afastado (ou nunca se ter aproximado suficientemente) desta tradição — que, na sua inspiração e influência, transcende em muito a arqueologia — que parte da pré-história francesa — mau grado os notáveis especialistas que a têm integrado, incluindo vultos mesmo excepcionais, como, por ex., Pierre Pétrequin <sup>(14)</sup>,

---

nas principais bibliotecas universitárias, e praticamente toda publicada sob a forma de artigos insertos em revistas da especialidade); *Idem* (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, Porto, *Rev. da Faculdade de Letras, II<sup>a</sup> série-História*, vol. VI, pp. 365-443.

<sup>(9)</sup> Jorge, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente (III<sup>a</sup> - inícios do II<sup>a</sup> milénio A.C.) da Região de Chaves - V<sup>a</sup> P.<sup>a</sup> de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, 3 vols., Porto, IAFLUP.

O sítio decisivo para uma mudança de paradigma na abordagem destes problemas, em Portugal, é o do Castelo Velho de Freixo de Numão (V<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa), cujas escavações têm sido dirigidas desde 1989 por aquela investigadora, permitindo-lhe a abertura de perspectivas renovadoras, não só à escala do Norte de Portugal, mas peninsular. V., da autora, Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): breve genealogia de uma interpretação, *Estudes Pré-históricas*, Viseu, 1998, vol. VI, pp. 279-293. O que só reforça a ideia de que as inovações verdadeiramente dignas desse nome, fracturantes no sentido criador, decorrem, de facto, de uma interacção permanente entre "teoria" e "prática", e não apenas de uma delas, isolada da outra, como alguns tendem a pensar, talvez num acto de auto-justificação da sua "praxis".

<sup>(10)</sup> Desde 1998, assumi, de colaboração com J. Muralha e A. S. Coixão, equipa a que depois se juntou L. Pereira, a escavação de um sítio monumental calcolítico do concelho de V<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa, o do Castanheiro do Vento. Um primeiro estudo sobre este local foi publicado por nós em Scarre, Chris (ed.), *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, London, Routledge, 2002.

<sup>(11)</sup> Latour, B. & Lemonnier, P. (dir. de) (1994), *De la Préhistoire aux Missiles Balistiques. L' intelligence sociale des techniques*, Paris, Éd. La Découverte.

<sup>(12)</sup> *Le Geste et La Parole*, Paris, Albin Michel, 1964.

<sup>(13)</sup> *La Technologie Science Humaine. Recherches d' Histoire et d' Ethnologie des Techniques*, Paris, Éd. Maison des Sciences de l' Homme, 1987.

<sup>(14)</sup> Um dos colaboradores do livro dirigido pelo sociólogo B. Latour e pelo etnólogo P. Lemonnier, citado na nota 7 *supra*.

que se voltaram para a etnologia para poderem continuar a fazer pré-história - se manteve, em boa parte, ancorada ao mais clássico descritivismo positivista, não tendo por isso o eco cultural que poderia conseguir, fora do limitado meio dos especialistas.

Acrescente-se, a propósito, que de certo modo é trágico que a efervescência problemática que se nota no mundo anglo-saxónico desde os anos 60 ("nova arqueologia" ou "arqueologia processual", "arqueologia pós-processual" e suas derivadas mais recentes) ignore muitas vezes estas facetas, directamente mais fecundas para a arqueologia (articulação de objectos, sociedades e representações), do pensamento etno-antropológico francês. Obras de autores como Hodder, Shanks, Tilley, etc, vão colher inspiração directa ou indirecta em certa "filosofia francesa", às vezes até conhecida algo tardiamente devido ao atraso das traduções (Foucault, Deleuze, Derrida, etc). Por outro lado, e como se compreende, aplicam em geral as suas reflexões à realidade arqueológica dos seus países, e, quando a tentam "exportar" para o estrangeiro, nomeadamente para o território francês — cuja arqueografia, obviamente, não conhecem tão bem — o resultado pode ser menos conseguido (o que ainda contribui mais para afastar destas perspectivas e debates muitos arqueólogos franceses, tradicionalmente formados na linha empirista, e fortemente cépticos quanto a visões demasiado abrangentes, "filosofantes", que a eles tendem a parecer como especulações puramente gratuitas).

Diga-se ainda de passagem que um sinal de que algo está a mudar para melhor é a actividade de Ian Hodder nos últimos anos, em torno da escavação de Çatal Hüyük, na Turquia, realizada com meios excepcionais, que talvez lhe permitam efectuar a primeira escavação orientada por um paradigma contextualista, solidificando assim a sua posição e legitimando — mesmo aos olhos dos mais cépticos — toda a sua elaboração teórica <sup>(15)</sup>.

Voltando porém à pré-história recente do Norte de Portugal (que me serve de área empírica de referência para pensar questões mais gerais, e portanto de alcance maior, ou culturalmente mais interessante, do que a mera pré-história regional), que conclusões genéricas se podem retirar, segundo este ângulo da "arqueologia dos monumentos", a partir da experiência que tenho tido nas últimas décadas? Um quarto de século de trabalho, com actividade repartida - embora de forma desigual — por necrópoles "megalíticas" (Aboboreira, Castro Laboreiro), sítios habitados,

---

<sup>(15)</sup> O que aliás já se nota no livro de Ian Hodder, *The Archaeological Process. An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999. Trata-se de uma obra em que a teorização da "prática" é evidente, construindo a ponte entre as duas facetas inextricáveis da arqueologia. Aliás, também por alguma razão a "bíblia" do processualismo (o manual de C. Renfrew e P. Bahn, *Archaeology. Theories, Methods, and Practice*, London, Thames and Hudson) traz já, na sua última edição (2000) uma referência ampla ao trabalho de Hodder naquela estação anatólica.

Foi, por outro lado, algo significativo que, no Congresso da Associação dos Arqueólogos Europeus, de 1998, em Gotemburgo, na Suécia, uma das comunicações mais aguardadas, a de Michael Shanks, girasse em torno da figura de Bruno Latour, claramente um dos pensadores franceses contemporâneos mais interessantes para os arqueólogos.

lugares monumentais (desde 1998, projecto comum sobre Castanheiro do Vento, V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa), esteias mais ou menos contextualizadas, e sítios/zonas com arte rupestre...

Apesar do pouquíssimo que ainda se sabe, do muito que está inédito <sup>(16)</sup> e do muitíssimo que já irremediavelmente se perdeu <sup>(17)</sup>, é possível retirar algumas linhas de força que, pelo menos, balizem as próximas pesquisas.

Como quadro cronológico, e quando me referir ao Norte de Portugal, irei utilizar os seguintes parâmetros, adentro dos quais se move a minha pesquisa:

Neolítico médio - 4.700/4.5000 - 4200 a.C.
Neolítico final - 4200-3.500 a. C
Calcolítico - 3.500 - 2.300 a. C.
Bronze antigo e médio - 2.300 -1.250 a.C.

O Neolítico médio/final é a época do chamado "megalitismo" e fenómenos conexos; o Calcolítico/Bronze antigo e médio é a fase em que ocorrem os sítios monumentais de tipo Castelo Velho de Freixo de Numão (grupo de que Castanheiro do Vento, no mesmo concelho — V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa — faz parte).

Se quiséssemos ser convencionais, diríamos que o primeiro é o mundo dos "mortos", o segundo o dos "vivos"; que o primeiro é uma realidade de "necrópoles", o segundo de "povoados fortificados"; o primeiro, um domínio "ritual" e excepcional, o segundo um âmbito "doméstico", quotidiano, comum. Essa dicotomia — mesmo partindo do princípio de que ainda estamos no início de um processo de investigação, dado o estado em que viemos encontrar a pesquisa pré-histórica no Norte de Portugal nos meados dos anos setenta <sup>(18)</sup> - tem vindo a ser desmontada pela investigação do último quarto de século, sendo da mais elementar justiça reconhecer a importância do trabalho de Susana Oliveira Jorge, da FLUP, nessa mudança radical de perspectivas.

Assim como não é premente, em muitas das sociedades que costumávamos chamar "primitivas" (e relativamente às quais experimentamos agora o embaraço de não

---

<sup>(16)</sup> Não posso deixar passar mais esta oportunidade, para vincar o dever científico e cívico de, era tempo útil, se dar a lume (isto é, à comunidade científica e ao património do nosso país), pela via que entender-se mais oportuna, os resultados das numerosas pesquisas feitas sobre a pré-história recente do Noroeste do nosso país.

<sup>(17)</sup> A "modernização" apressada do país, e portanto feita sem todas as componentes de tal modernização — que implicariam um verdadeiro planeamento e uma consciência patrimonial enraizada e difundida - tem feito com que se perca um "capital arqueológico" que se manteve durante muito tempo incólume. Em muitos casos, nem esse elemento positivo do nosso "atraso estrutural" temos sabido aproveitar.

<sup>(18)</sup> Apesar do notável esforço de inúmeros pioneiros — Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Mendes Corrêa, Serpa Pinto, Santos Júnior, etc. — a arqueologia pré-histórica do Norte de Portugal estava, em 1975, praticamente por fazer, como S. O. Jorge pôde expressivamente expor no prefácio à obra de Maria de Jesus Sanches (1997), *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no Contexto Regional*, Porto, SPAE, 2 vols.

haver um termo que as abranja, talvez porque elas são apenas o Outro mítico de nós), qualquer oposição dicotómica natureza-cultura, natural-artificial, vida-morte, sagrado-profano, etc, também não faz sentido, se quisermos ser pré-historiadores, plasmar no passado longínquo categorias tão óbvias da nossa cultura funcionalista como as evocadas no parágrafo anterior.

Seria ainda redutor, perante as conclusões e propostas a que S. O. Jorge tem chegado em Castelo Velho de Freixo de Numão (v. notas 7 e 11), considerar esse sítio (numa espécie de atitude de cedência táctica — "é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma") um local excepcional (isto é, do tipo "excepção que confirma a regra"), com características "rituais", e, mantendo o paradigma tradicional, persistir em chamar "povoados fortificados do Calcolítico" a todos os outros locais conhecidos, sobretudo na Estremadura e Sul de Portugal, os quais, como aquela própria autora demonstrou, e com o devido respeito por outras posições interpretativas, estão a precisar de um "turnover" conceptual na sua abordagem. Tal passa por projectos de investigação consistentes, continuados, sistemáticos, o que significa escavar e descrever, obter erudição a partir do trabalho dos outros (aspecto em que evidentemente a modéstia se impõe), mas também ler obras que nos sirvam de referência para a interpretação em pré-história, e que só podem ser as que tratam de realidades vividas e pensadas por sociedades não-europeias, tradicionais, daquelas com que se preocupava a antropologia clássica, mas agora vistas com novos olhos.

Em que é que consiste, enfim, a actividade monumental neolítica, à pequena escala a que me tem sido dado trabalhar, no Norte de Portugal? Principalmente no âmbito dito, hoje, "funerário", ao qual poderemos acrescentar o dos sítios ou recintos habitualmente ligados a "rituais", constituídos ou definidos por menires.

Nesta parte do mundo, não conhecemos "aldeias" minimamente visíveis no impropriamente chamado "registo arqueológico". Conhecemos, sim, "necrópoles megalíticas", mais ou menos densas ou esparsas. Isto é, cujos elementos componentes se situavam, ou perto uns dos outros, formando núcleos, ou mais afastados entre si, mas com a suficiente proximidade para os podermos ligar — pelo menos em termos hipotéticos — à mesma "necrópole".

No caso da Aboboreira, no distrito do Porto — a única necrópole megalítica portuguesa exaustivamente estudada — os vários núcleos evitavam localizar-se perto de afloramentos actuais (do tipo "castelos de blocos" graníticos), por forma a destacarem-se (de modo mais ou menos imponente) nas chãs delimitadas por esses acidentes naturais.

Tais necrópoles organizaram-se segundo uma lógica que poderíamos designar aditiva. Isto é, a uma mamoa, inscrita num "plateau", poderia sempre juntar-se outra, e outra, e outra, construídas (concebidas?) como "módulos", em termos arquitectónicos.

Nada obrigava a — nem sugere que tenha existido — um planeamento global da área abrangida pela necrópole, em qualquer das suas fases, ou mesmo na sua fase final (em que, ao lado de monumentos mais antigos - como num "painel" de arte rupestre - se podiam achar construções mais recentes, por adições sucessivas).



As primeiras construções da Aboboreira são provavelmente do Neolítico médio; durante o Neolítico final a necrópole terá continuado a aumentar; e as últimas edificações, intrusivas, são já do Bronze antigo. Se tudo leva a pensar que a inserção no espaço de cada monumento não era casual, se cada construção tinha em conta as pré-existências — naturais e arquitectónicas — a verdade é que, na Aboboreira, se parecem sobrepôr, qual palimpsesto, sucessivas "lógicas". Tratei desse assunto em muitos trabalhos <sup>(19)</sup> - o que não significa que, hoje, subscrevesse tudo o que antes publiquei — pelo que, aqui, iria apenas aludir ao essencial.

No seio de uma maioria de mamoas pequenas, ou médias <sup>(20)</sup>, insere-se, num determinado momento, uma minoria de dólmenes de relativamente grande porte, um deles com corredor e átrio (dólmen 1 de Chã de Parada); e a última fase da necrópole parece corresponder a monumentos "disfarçados" no terreno, como que escondidos entre afloramentos (Meninas do Crasto 4) ou na periferia de núcleos neolíticos (Outeiro de Gregos).

Em momento algum a Serra da Aboboreira — como uma unidade geomorfológica, delimitada por vales fluviais, relativamente evidente para nós, hoje — terá sido considerada, pelos construtores do Neolítico (ou mesmo da Idade do Bronze), como uma entidade "arquitectónica" natural global, que aos homens competisse afeiçoar, transformar, em necrópole, ou para outros fins. Pelo menos, nada no-lo comprova.

As comunidades neolíticas - para só considerarmos agora essas - teriam provavelmente nestes pontos altos as "casas definitivas" de alguns — e este "alguns" é muito importante - dos seus mortos, as quais "imitavam a natureza" na medida em que simulavam pequenas colinas naturais — com a diferença que se sabia serem artificiais, feitas pelo homem. Cada uma delas (talvez com a excepção das maiores) podia ser produto do trabalho de uma comunidade durante uma pausa (ou algumas pausas) do ciclo agrícola. Uma vez pronta, passava a ser um pólo no território, permitindo a circulação em torno, não estabelecendo barreiras lineares à circulação das pessoas no espaço.

O facto de apenas alguns dos mortos serem colocados nesses receptáculos de pedra e/ou terra, poderia querer dizer que isso era tudo menos um modo de enterramento corrente, do que excepcional; que eles eram menos mortos do que antepassados; que os seus corpos, inumados primária, ou secundariamente, eram menos restos mortais, orgânicos, do que relíquias, ou seja, autênticos produtos culturais, com uma significação simbólica, cujo papel social e mental teria que ter sido enorme para justificar tão grande investimento de energia.

---

<sup>(19)</sup> Jorge, V. O. (1991), Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia, *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Lisboa, IICT, vol. I, pp. 205-213; *Idem*, A propósito de "megálitos". Comentário pontual (corrigenda) a parte de um debate incluído em livro recente, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 2001, vol. 41, fascs.3/4, pp. 213-219.

<sup>(20)</sup> Que não precisariam de ser todas mais antigas do que os dólmenes maiores, como uma perspectiva evolucionista, do simples para o complexo, sugeriria; nem todos os monumentos puderam ser datados, pelo que qualquer generalização seria, evidentemente, abusiva.

Aliás, as sociedades - em qualquer período histórico - nunca investiram o máximo e o melhor da sua energia em objectivos de natureza funcional — como queria um "materialismo" rasteiro, inspirado no utilitarismo da sociedade contemporânea — mas precisamente em tudo quanto é "inútil", ou, se quisermos, totalmente desprovido de uma finalidade a curto prazo. A busca de prestígio ou de carisma é tudo quanto mais uma pessoa, que se destaca das necessidades básicas, imediatamente persegue, podendo-se considerar todos os seres humanos, desprovidos de projecto (individual e/ou colectivo), como o verdadeiro proletariado actual, ou seja, seres incapacitados para realizarem o que há de mais crucial em nós: a necessidade de uma utopia, de um ideal mobilizador, de um projecto de felicidade e de harmonia, sendo que esse projecto deixou, com a modernidade, de se projectar no "além", para se pretender possível nesta vida, e de ser só apanágio de uns aristocratas, para ser um ideal extensível (pelo menos em teoria) a toda a humanidade.

A medida que os núcleos de mamoaes se iam constituindo, a paisagem ia-se artificializando, antropizando, sem por esse facto alguma vez se "impor" definitivamente à natureza dos lugares, balizados pelos seus afloramentos rochosos, pontuados pelas suas chãs. Dá-nos a impressão de que a cartografia mental destas gentes, no sentido específico do "afeiçoamento" da paisagem, da concepção da mesma como território "fabricado", não abarcava ainda, ao nível arquitectónico, espaços muito amplos, no sentido de procurar transformá-los completamente. Talvez à imagem e semelhança da própria sociedade, a paisagem megalítica era "lassa", aberta, relativamente "permissiva" em relação à circulação das pessoas <sup>(21)</sup>.

As próprias mamoaes com dólmens simples eram volumes de planta circular, sem um eixo norteador, o qual passou a existir com os dólmens de corredor providos de átrio, uma revolução arquitectónica profunda. Mas, uma vez coberto o átrio, e condenada a "cripta" e seu acesso, estes monumentos "em dois tempos" passavam a ser volumes na paisagem como os outros.

O território no seu conjunto — pelo menos tanto quanto o chamado "registo arqueológico" nos permite deduzir - não tinha restrições lineares de acesso, ou caminhos balizados pré-definidos; não havia ainda, pelo menos tanto quanto sabemos, nos 5º e 4º milénios a. C, dispositivos "de grande área", organizadores do espaço.

Ao contrário, por exemplo, no Sul e Leste da Inglaterra, datando maioritariamente do 4º milénio (mas perdurando no seguinte), temos os famosos "causewayed camps" (espaços delimitados, com numerosas "entradas") que, esses sim, constituíam recintos onde se instalava um "interior" amplo, por oposição ao "exterior"; e, no 3º milénio pelo menos, temos os "cursus" (espécie de "avenidas" monumentais), em que, no caso extremo do de Dorset, se atinge mais de 8 km. de extensão, estando

---

<sup>(21)</sup> É neste âmbito também que se situam as reflexões de Tilley, C., no importante livro *A Phenomenology of Landscape*, Oxford, Berg, 1994.

esse espaço delimitado por dois valados laterais que distam, um do outro, c. de 91 m.; é também bem conhecido o que se encontra em Stonehenge <sup>(22)</sup>.

Há aqui uma preocupação abrangente e nova; trata-se de construir uma paisagem inteira, segundo uma ordem que obedece a uma cosmologia, e onde a localização de cada volume, de cada trajecto sinalizado no terreno, não é casual, nem casuística, nem meramente compreensível à escala de cada um desses "acidentes" naturais ou contruídos, individualmente considerados. Aponta para orientações globais, de integração compreensiva da paisagem no seu conjunto, e em última análise de orientação astronómica, isto é, procura "fossilizar" no espaço um conjunto de temporalidades que dêem ordem ao mundo humano, que o articulem com o cosmos mais geral. Esta procura obsessiva de "ordem" — unida à capacidade de conceber e cumprir "algoritmos" de comportamento cada vez mais complexos, ou seja, acções onde cada vez é mais distanciado o começo do fim, a concepção do produto final — é o que mais caracteriza a mente complexa do "Homo sapiens sapiens", como já se intui no sistema altamente abstracto de "arte" do Paleolítico superior <sup>(23)</sup>.

Ora, quando estamos no recinto superior de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa) — que todo ele é um sítio inclinado, "entornado", para a encosta meridional — que notamos, se olharmos em redor? Se elidirmos um plano de paisagem demasiado longínquo (e portanto já algo abstracto, sem impacte visual directo), situado para oeste, vemo-nos envolvidos por colinas mais altas, por norte, leste e oeste. Essas colinas terminam em dois picos bem nítidos, de um lado e de outro do amplo ângulo visual assim formado. Para onde se "abre" então, em profundidade, esse campo de visão? Para ESE, genericamente na direcção do "plateau" era que actualmente assenta a cidade de Foz Côa, mas mais precisamente tendo como eixo central de simetria a elevação mais alta e proeminente da região (verdadeiro monumento natural, que seria lamentável alguma vez desfigurar, mas antes devia ser integrado em circuitos de visita, como uma das melhores valências paisagísticas de Foz Côa, actualmente só acessível por estradões), o monte de S. Gabriel (zona do marco geodésico de 654 m., e não propriamente a área onde está a capelinha, voltada a Castelo Melhor), sobranceiro ao rio Côa. Podemos assim dizer que toda a implantação de Castelo Velho foi concebida para ser vista (e para ver) (d)esse cenário, estabelecendo com ele uma espécie de "diálogo" simbólico — é para isso, para introduzir significações no espaço, que serve uma arquitectura — para criar lugares, espaços prenhes de significação(ões). O arqueólogo não pode estar num sítio destes só olhando para o local (como escavador), ou então, alternativamente, encarando a paisagem envolvente como um turista (para "espairecer" do seu trabalho

---

<sup>(22)</sup> V., por exemplo, Bahn, P. (ed.) (1992), *Collins Dictionary of Archaeology*, Glasgow, Harper Collins Publ.; Alcina Franch, José (coord.), *Diccionario de Arqueologia*, Madrid, Alianza Ed., 1998, p. 256.

<sup>(23)</sup> Mithen, S. (1998), *The Prehistory of the Mind. A Search for the Origins of Art, Religion and Science*, London, Thames and Hudson. A pré-história precisa de entrar largamente, também ela, no campo das ciências cognitivas, e explorar um filão riquíssimo, que são as modernas pesquisas sobre a mente e as reflexões filosóficas que daí resultam. V., por ex., número especial da revista "Sciences Humaines" (Auxerre, França), nº 35, de Dez. 2001/Jan-Fev. 2002 sobre "Les Sciences de la Cognition".

analítico): sítio e paisagem formam um corpo de significações profundamente interligado, são o "artefacto" (no sentido mais geral da palavra) em si. E é para isto que temos de alertar os visitantes e todos os nossos colaboradores — para o que significa um monumento, como operador de relocalizações de significados numa paisagem.

Quem fosse ao Castelo Velho de Freixo de Numão vê-lo em termos funcionais, "defensivos", "habitacionais", "rituais", etc. - e quem diz Castelo Velho diz qualquer outra arquitectura monumental calcolítica, seja ela Castanheiro do Vento (na mesma região), Zambujal (Torres Vedras) ou Los Millares (em Almeria, Espanha) — sairia de lá sem perceber o essencial, embora pudesse elaborar discursos considerados altamente eruditos e científicos sobre o assunto — embora extremamente cansativos pela sua repetitividade e falta de imaginação (há trinta anos que ouço essencialmente o mesmo tipo de explicações sobre estas matérias). Sairia de lá sem compreender que uma característica essencial do ser humano é a necessidade de estabelecer cesuras no espaço/tempo, criar "ordem", construir cenografias, espaços significantes, operadores de articulação entre a vida quotidiana, na sua contingência, e o mundo do invisível, do não contingente, do cósmico, do "religioso" — tudo aquilo que permite introduzir ordem na acção, razão no comportamento, coesão social. Se essas são realidades universais, a sua pertinência incontornável é evidente sobretudo em grupos desprovidos de organização política formal, como eram os pré-históricos.

Antes da ocorrência e expansão (onde elas se deram) das instituições estatais, burocráticas, coercivas, destinadas a exercer o poder sobre regiões muito amplas, onde as relações de vizinhança não podiam mais operar, um dos grandes reguladores da ordem (no sentido de serem os seus construtores e mantenedores) era o próprio espaço vivencial quotidiano, com os homens e os animais, os acidentes naturais e os volumes acrescentados, os percursos e os trajectos, os estados de tempo e as modificações das paisagens, a abundância de uns recursos e a escassez doutros, ou seja, o mundo todo, tal como era inteligido então. Esse mundo "domesticado" pelo ser humano era simultaneamente uma natureza antropizada e uma sociedade naturalizada, ou seja, encontrava-se provavelmente, em termos conceptuais, *antes* dessa dicotomia (de que todas as outras são "filhas"). A sociedade "constituia-se" diariamente, reproduzindo-se através das evidências da ordem nela inscritas, numa simbiose de elementos "naturais" e "humanos", que o nosso discurso dualista hoje nos obriga a dividir <sup>(24)</sup>.

As necrópoles ditas "megalíticas" do Neolítico médio-final são, entre nós, as primeiras grandes corporizações de uma "vontade" monumental perdurável, abrangendo territórios mais ou menos vastos, e com vocação de se impor à paisagem "natural", de constituir uma arquitectura.

---

<sup>(24)</sup> Philippe Descola, do Colégio de França, que é um dos grandes pensadores actuais da etnologia francesa, tem produzido trabalhos fundamentais sobre esta problemática. V, por ex., *La Nature Domestique. Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1986. V. também a sua interessante entrevista dada à revista *Sciences Humaines*, nº 121, Nov. de 2001, pp. 40 a 43.

Mas essa arquitectura tem uma lógica aditiva e lassa, não exige *a priori* um projecto de monumentalização da paisagem como um todo. Não estabelece muros, quando muito instala pólos de visão e de significado, e sugere percursos na apreensão fenomenológica do espaço. Num certo sentido, parece instalar, ao mesmo tempo que reflecte, uma sociedade em processo de se afirmar no espaço, pouco hierarquizada, sem um "projecto" de grande dimensão volumétrica, nem abrangência temporal, nem capaz de condicionar excessivamente os movimentos das pessoas ou dos bens móveis (como os rebanhos).

Ao contrário, as colinas monumentalizadas do Calcolítico revelam, mesmo quando os arqueólogos só estudaram os respectivos topos, um *ethos* completamente diferente. Há aqui uma abrangência muito maior do espaço, *sendo manifesto que toda a colina, como volume, era significativa, mesmo que não fosse coberta de estruturas* (do mesmo modo que se diz que, num painel de arte rupestre, até as áreas deixadas voluntariamente "em branco", sem gravar ou pintar, são significantes, foram tomadas em conta, como elementos de tensão comunicacional e estética com as outras áreas, gravadas ou pintadas; ou como se diz que na comunicação em geral é preciso haver silêncio(s) para que haja sentido). Numa colina monumentalizada calcolítica, é toda a colina que é a arquitectura, e não apenas o seu topo, mesmo que seja nele que se concentram as estruturas monumentais. Ou seja, os arquitectos do Calcolítico conseguiram pela primeira vez, tanto quanto é do nosso conhecimento, conceber dispositivos arquitectónicos que modificaram por inteiro troços significativos da paisagem, transformando-os, por afeiçoamento (eliminando volumes, massas, e acrescentando outros) em verdadeiros dispositivos comunicacionais a distância, na medida em que ostentavam ao longe, ou espelhavam sobre os vales em que se debruçavam, uma espécie de "modelos" espaciais ideais do cosmos.

Tais "modelos", ou "metáforas do mundo", eram formados de recintos, no interior dos quais se podiam juntar conjuntos significativos de pessoas, contrariamente ao que acontecia nos sepulcros megalíticos, a cuja parte interna (câmara) só podiam aceder pouquíssimas pessoas de cada vez. Mas se no Calcolítico havia muros, existia também uma pluralidade de portas (como nos "causewayed camps" ingleses) que permitiam combinatórias de movimentos (e portanto de "rituais") diversificadas, complexas, no espaço e tempo. Ou seja, as cosmologias que estão por detrás dos mega-projectos calcolíticos — como Castelo Velho, e tantos outros — são necessariamente muito diferentes das dos monumentos megalíticos anteriores, que, se comparados com aquelas, se afiguram como "mini-projectos", modulares e pontuais, que se foram juntando uns aos outros por uma lógica aditiva até formarem paisagens de montículos artificiais.

O facto da maior parte dos dólmenes — simples ou de corredor — terem obviamente contido restos mortais (em maior ou menor número), e de sítios como Castelo Velho (Foz Côa), ou Leceia (Oeiras) também terem revelado alguns restos humanos, em nada nos deve espantar, mas antes sugerir a superação da divisão profunda, como tantas vezes se tem feito, entre "sítios funerários" e "sítios de habitat". O mesmo se dava nos grandes "causewayed camps" ingleses, como, por ex.,

Hambledon Hill, Dorset, escavado por R. Mercer <sup>(23)</sup>, mostrando como a realidade era bem mais complexa.

Os ossos dos mortos, tanto em monumentos de corredor e câmaras fechadas, neolíticos, como em monumentos com grandes recintos abertos, calcolíticos (na Península Ibérica), podem ter sido alvo de complexas práticas rituais, diferidas no tempo (de que só encontramos o resultado final, arqueológico), que não se circunscrevem necessariamente ao que em regra se designa, redutoramente, "rituais funerários". Aliás, falar em excesso de "ritual" pode até ser contraproducente, pois que "ritual" é toda a vida humana, mesmo na suposta "sociedade racional" dos nossos dias.

O que verdadeiramente é importante é não olhar para as realidades que encontramos como espelhos de práticas quotidianas imaginadas à luz de uma "antropologia ingénua" projectada na pré-história, baseada em última análise na nossa experiência actual mais comezinha, e portanto aceite como natural, logo universal, logo comum a nós e aos homens e mulheres pré-históricos. É mais interessante pensar estes últimos não como réplicas de nós (visão domesticada, do senso comum), nem como tão radicalmente diferentes que o seu conhecimento fosse impossível (perspectiva céptica, nilista, pouco ou nada motivadora), mas como análogos de nós, com uma gama de comportamentos enorme, que vai entre o radicalmente igual a nós e o radicalmente diferente de nós. É por aí talvez que se "abrirão as águas" para os pré-historiadores poderem entrar na "terra eleita" do conhecimento...

Este ensaio procurou ser mais um pequeno contributo, pessoal, para esse grande desígnio colectivo.

---

<sup>(25)</sup> Mercer, R. (1980), *Hambledon Hill: a Neolithic Landscape*, Edinburgh, Edinburgh University Press.